PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFES: SUA CONTRIBUIÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

STUDENT ASSISTANCE PROGRAM AT IFES: ITS CONTRIBUTION TO THE EMANCIPATION OF INTEGRATED HIGH SCHOOL STUDENTS

Edilson Marcolino Nogueira[1]
Rogério Omar Caliari[2]

Resumo
Este estudo de caso qualitativo explora as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para a emancipação dos estudantes do Ensino Médio Integrado no campus Cachoeiro do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). A pesquisa identificou os impactos da assistência para a permanência e o sucesso escolar, propondo dois produtos educacionais: uma sala virtual no AVA (Ambiente virtual de Aprendizagem) *Moodle* para apoio e acompanhamento dos estudantes e uma série de vídeos informativos. Fundamentado nas teorias da *omnilateralidade* e da politécnia, o trabalho reflete o papel da educação no desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chaves: Educação Profissional. Emancipação. Ensino Médio Integrado. Assistência Estudantil.

Abstract
This qualitative case study explores the contributions of the Student Assistance Program (PAE) to the emancipation of Integrated High School students at the Cachoeiro campus of the Federal Institute of Espírito Santo (IFES). The research identified the program's impact on student retention and success, proposing two educational products: a virtual classroom in Moodle to support and monitor students and a series of informational videos. Based on the theories of omnilaterality and polytechnic education, the work reflects the role of education in students' holistic development.

Keys words: Vocational Education. Emancipation. Integrated High School. Student Assistance Program.

[1] Técnico-administrativo em Educação. Auxiliar de Enfermagem do Ifes. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Licenciado em Ciências Biológicas. Bacharel em Enfermagem. E-mail: edilson.nogueira@ifes.edu.br - Contato: 28 3526.9040.
[2] Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Ifes. Doutor em Educação. Mestre em Administração. E-mail: rogerio.caliari@ifes.edu.br. Contato: 27 3723.1246.

Introdução

A relevância da educação profissional e tecnológica tem se ampliado no Brasil nas últimas décadas, em especial, através de políticas voltadas à inclusão e ao fortalecimento das condições de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2014). O Programa de Assistência Estudantil (PAE) é parte da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem o objetivo de promover a permanência e o êxito escolar dos estudantes, oferecendo suporte financeiro e apoio pedagógico em diversas universidades e outras instituições federais de ensino (Brasil, 2011, 2024). A análise do impacto do PAE no contexto do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) campus Cachoeiro de Itapemirim, se torna crucial diante dos desafios enfrentados pelos alunos que conciliam a formação profissional com o ensino médio, muitas vezes sem condições socioeconômicas desfavoráveis.

A assistência estudantil no IFES busca reduzir as desigualdades que comprometem o sucesso escolar, oferecendo subsídios que vão além do apoio financeiro, visando à construção de uma educação emancipadora e que promova a formação humana integral. Para tal, baseia-se na ideia de que o ensino não deve ser restrito à qualificação técnica, mas integrar o desenvolvimento do pensamento crítico e *omnilateral* dos estudantes, capacitando-os para serem agentes transformadores de suas realidades sociais (Freire, 2020).

O Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, enquanto instituição voltada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) almeja preparar os alunos não só para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania, incorporando o trabalho como princípio educativo, conforme defendido por autores como Gramsci (2016), Ciavatta e Frigotto (2005), Ramos (2008) e Saviani (2007).

Para contextualizar a dinâmica da atuação da assistência estudantil no Ifes, buscamos discutir o conceito de vulnerabilidade social a partir de Sen (2010), Libâneo (2012) e Bourdieu (1986) uma vez que esse é um dos principais critérios de avaliação

dos estudantes no PAE, definindo sua classificação e prioridade no recebimento de recursos.

Relacionamos alguns dos pressupostos fundamentais da EPT como trabalho enquanto princípio educativo, a EPT na emancipação do sujeito, o ensino médio integrado e as possibilidades de mudanças do novo ensino médio.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar os benefícios do Programa de Assistência Estudantil (PAE) na emancipação dos sujeitos no contexto do Ensino Médio Integrado. A pesquisa buscou identificar os benefícios proporcionados pelo programa e destacar as ações e estratégias que promovam a autonomia do estudante.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, considerando que a medição de fenômenos sociais se baseia na categorização e distinções qualitativas do mundo social (Bauer; Gaskell, 2008). Foi delineada por um estudo bibliográfico prévio associado a um estudo de campo, conduzido por meio do formato de estudo de caso, visando analisar, de forma abrangente, os fatores que influenciam o tema selecionado (Prodanov, 2013).

A metodologia deste estudo adota o estudo de caso como estratégia de pesquisa, permitindo uma análise aprofundada e contextualizada de um fenômeno contemporâneo, especialmente em situações nas quais as fronteiras entre o objeto e o contexto são indistintas. Fundamentada nos referenciais teóricos de Prodanov (2013) e Yin (2010), a abordagem busca compreender a complexidade do caso em questão, utilizando múltiplas fontes de evidência, como levantamento bibliográfico, questionários e análise de percepções de estudantes e servidores que atuam na assistência estudantil. Essa metodologia visa não apenas identificar os desafios enfrentados pelo PAE, mas também fornecer subsídios para o desenvolvimento de Produtos Educacionais que atendam às lacunas identificadas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área de Educação Profissional e Tecnológica.

O campo de pesquisa foi delimitado no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Cachoeiro de Itapemirim, com foco em uma abordagem descritiva exploratória de natureza qualitativa. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico com fundamentação teórica baseada nos referenciais do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEpt. Foram utilizadas fontes digitais como a Biblioteca Virtual, Portal de Periódicos CAPES e SciELO, empregando os descritores: Educação Profissional, Emancipação, Ensino Médio Integrado, e Política de Assistência Estudantil.

Posteriormente, foi elaborado um questionário semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas, direcionado aos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática e Eletromecânica. Apenas alunos do segundo ao quarto ano, que frequentaram integralmente o ano letivo de 2023 e participaram do processo seletivo para o Programa de Assistência Estudantil, nesse respectivo ano, foram incluídos na pesquisa, excluindo-se ingressantes após esse período.

O universo da pesquisa compreendeu 230 estudantes dos turnos matutino e vespertino, dos quais 132 participaram efetivamente. O convite para participação foi realizado com a apresentação detalhada da proposta pelo pesquisador, incluindo os objetivos e procedimentos da pesquisa. Foram disponibilizados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), além de autorização para os responsáveis de menores de 18 anos.

Para incentivar a adesão, o link do questionário foi enviado por e-mail, acompanhado de QR codes, além de fixação de cartazes em pontos estratégicos do campus e compartilhamento em grupos de mensagens. O questionário, disponível na plataforma Google Formulários, foi aplicado entre os meses de julho e agosto de 2024. Esta pesquisa foi submetida ao CEP sob o registro nº 76681523.1.0000.5072

Contexto da Pesquisa

Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da linha de

Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional ofertado pelo campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo e se insere no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Ifes, campus Cachoeiro de Itapemirim/ES. A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel do PAE nos indicadores de permanência nos cursos e na promoção da autonomia dos estudantes.

Pressupostos da Educação Tecnológica e Profissional

O conceito de trabalho como princípio educativo fundamenta-se na visão de que o ser humano transforma o meio e, simultaneamente, a si mesmo (Ciavatta, 2005). Ao aprofundar essa ideia, em Gramsci (2016) temos uma proposta em que o trabalho é um processo de humanização que integra desenvolvimento intelectual e prático. Ele defende uma educação que combine teoria e prática, promovendo uma formação integral e crítica, essencial para a emancipação dos trabalhadores e para a transformação social. Essa abordagem busca formar indivíduos capazes de compreender e atuar sobre suas realidades, desenvolvendo uma consciência crítica.

Avançando no conceito, o trabalho ainda é uma atividade distintiva dos seres humanos, sendo fundamental na formação das capacidades individuais (Saviani, 2007). Assim, ele argumenta que a educação deve ir além da mera capacitação técnica, promovendo uma formação integral que inclua dimensões técnicas, culturais, éticas e sociais. Essa perspectiva contrasta com o modelo dualista histórico da educação brasileira, marcado pela separação entre ensino propedêutico e profissional, que perpetua desigualdades sociais ao diferenciar a formação oferecida às classes populares e às elites (Kuenzer, 1997).

A proposta de uma educação politécnica emerge como alternativa à lógica dualista, integrando o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, a omnilateralidade (GRAMSCI, 2016). Essa abordagem busca superar o modelo de formação alienante e instrumental, enfatizando a articulação entre trabalho e educação para a emancipação e o desenvolvimento crítico dos sujeitos.

Por sua vez, Ciavatta (2005) reforça a necessidade de uma educação orientada por uma perspectiva *omnilateral*, que promova a reflexão crítica sobre o trabalho e suas implicações sociais, incentivando o protagonismo dos alunos na transformação da sociedade.

Embora avanços tenham sido propostos, como nas discussões sobre a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), as Leis nº 11.741/2008 e nº 111.892 de 2008, ainda persiste o desafio de superar a educação dualista. Frigotto (2005) argumenta que uma educação efetiva deve priorizar a formação humana integral, ao invés de se limitar a preparar o indivíduo para o mundo do trabalho de maneira subordinada. Nesse contexto, é imprescindível que os educadores possuam uma postura crítica e propositiva, capaz de articular os aspectos técnicos, sociais e políticos da educação.

O trabalho como princípio educativo propõe uma ruptura com o sistema educacional hegemônico que perpetua desigualdades. Ele visa formar sujeitos conscientes e autônomos, aptos a atuar em múltiplos contextos sociais e culturais. A partir dessa abordagem, a educação se configura como um instrumento de emancipação e transformação social, promovendo uma formação que transcenda as demandas imediatas do mundo do trabalho e contribua para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa (KUENZER, 1997).

Educação Profissional, Ensino Médio Integrado e o Novo Ensino Médio

A educação é um dos principais instrumentos para a emancipação social, cultural e política, permitindo aos indivíduos superar barreiras históricas de opressão e dominação (FREIRE, 2000). Sob essa perspectiva, a educação emancipadora busca capacitar os sujeitos a refletirem criticamente sobre a realidade em que vivem, promovendo sua autonomia para transformá-la (IFES, 2009). No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse objetivo é ampliado pela integração de uma formação técnica com uma abordagem humanística, preparando os estudantes para atuar tanto no mundo do trabalho quanto na vida cidadã.

Esse modelo visa romper com a dualidade histórica entre o ensino técnico e o humanístico, criando currículos que alinhem competências técnicas e científicas com habilidades éticas, sociais e políticas, de modo a formar cidadãos capazes de intervir criticamente no mundo contemporâneo (FRIGOTTO, 2005).

O desenvolvimento da EPT no Brasil reflete um processo histórico complexo, dividido em fases que acompanharam as transformações econômicas e sociais do país. Desde a criação das primeiras escolas técnicas industriais[3] e escolas técnicas agrícolas[4] na década de 1940 até o surgimento dos Institutos Federais[5] no final dos anos 2000, houve uma evolução significativa no sentido de integrar a formação técnica e acadêmica. Essa trajetória culminou na proposta do Ensino Médio Integrado, que articula conhecimentos gerais e técnicos em um currículo único, visando formar profissionais mais críticos e conscientes. Essa abordagem é orientada por princípios como justiça social, equidade, sustentabilidade e inclusão, promovendo uma formação humana integral alinhada aos desafios socioeconômicos e ambientais.

No entanto, a proposta de integração do ensino técnico com a formação geral enfrenta desafios e contradições. A resistência histórica ao ensino técnico, frequentemente percebido como inferior ao acadêmico, persiste, assim como a dificuldade de formar professores capacitados para trabalhar de forma interdisciplinar e integrada. Além disso, a implementação de políticas públicas que garantam a conexão entre o ensino e o mundo do trabalho exige maior articulação entre os setores educacional e produtivo. Apesar dessas dificuldades, o Ensino Médio Integrado permanece uma estratégia central para democratizar a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, proporcionando igualdade de acesso a uma formação de alta qualidade. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

[3] Decreto-Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942, estabelece as bases de organização da rede federal de Ensino Industrial.
[4] Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, estabelece as bases de organização da rede federal do Ensino Agrícola.
[5] Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Com a recente reforma do Ensino Médio, novas possibilidades e desafios surgiram. A flexibilização curricular, introduzida pela Lei nº 13.415/2017 e posteriormente revista, busca alinhar a educação às demandas contemporâneas, mas enfrenta críticas por reforçar desigualdades estruturais, especialmente em escolas com recursos limitados. A ampliação da carga horária e a implementação dos itinerários formativos são passos relevantes, mas dependem de investimentos significativos em infraestrutura e valorização docente.

Embora a Reforma procure equilibrar as dimensões técnica e geral da educação, o risco de subordinação aos interesses imediatos do mercado persiste, exigindo um compromisso renovado com a formação integral e emancipadora que transcenda a lógica econômica e priorize o desenvolvimento humano e a cidadania plena (BRASIL, 2024).

A análise das várias perspectivas apresentadas evidencia que a educação, além de ser um instrumento de formação e desenvolvimento humano, é também um espaço atravessado por interesses políticos, sociais e econômicos distintos. Cada grupo ou corrente ideológica busca moldar os objetivos, os currículos e as práticas pedagógicas conforme seus valores e propósitos, o que gera debates intensos e conflitos sobre o papel que a educação deve desempenhar na sociedade. Essa disputa reflete-se na formulação de políticas educacionais, na definição de prioridades de investimento e no próprio entendimento sobre o que significa formar cidadãos críticos ou trabalhadores produtivos.

Além disso, os textos destacam que essas disputas não se limitam a diferenças técnicas ou pedagógicas, mas envolvem concepções de mundo divergentes. Por exemplo, o embate entre uma educação voltada para a emancipação social, fundamentada em valores democráticos e críticos, e uma visão tecnicista ou instrumental, que prioriza a adaptação dos indivíduos às exigências do mercado de trabalho. Essa tensão demonstra como a educação é, ao mesmo tempo, um espaço de possibilidades transformadoras e de reprodução de desigualdades estruturais.

Portanto, analisar a educação como campo em disputa permite compreender as forças que moldam os sistemas educativos e os desafios para construir práticas inclusivas e que atendam ao bem comum.

Vulnerabilidade social e emancipação

A vulnerabilidade social impacta significativamente o processo de emancipação de adolescentes em idade escolar, restringindo suas oportunidades educacionais, sociais e econômicas. Conforme explica, a teoria das capacidades de Amartya Sen (2010), essa vulnerabilidade resulta da ausência de condições adequadas para que os indivíduos exerçam plenamente suas liberdades e potencialidades. Para adolescentes, isso implica barreiras no desenvolvimento de habilidades críticas e sociais, essenciais para sua autonomia e cidadania. Limitações como infraestrutura escolar precária, apoio familiar insuficiente e acesso restrito a serviços básicos comprometem a trajetória educacional e o crescimento integral desses jovens.

A desigualdade no acesso à educação de qualidade agrava esse cenário, perpetuando um ciclo de exclusão. Escolas em regiões periféricas, frequentemente desprovidas de recursos básicos, infraestrutura adequada e professores qualificados, falham em atender às necessidades educacionais desses adolescentes (Libâneo, 2012).

Além disso, a vulnerabilidade social intensifica problemas emocionais e psicológicos decorrentes de fatores como insegurança alimentar, violência e condições de moradia inadequadas, comprometendo ainda mais o desempenho escolar e a capacidade de engajamento no processo educacional (SEN, 1992).

Dessa forma, a vulnerabilidade social não é apenas uma barreira externa, mas um elemento estrutural que reforça as desigualdades no sistema educacional. Superar esses desafios exige políticas públicas eficazes que promovam uma educação inclusiva e de qualidade, criando condições para que adolescentes em situação de vulnerabilidade social desenvolvam suas capacidades de forma plena, rompendo o ciclo de exclusão e pavimentando o caminho para sua emancipação e autonomia.

Pressupostos da Política Nacional de Assistência Estudantil

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implementada no Ifes em 2011 pela portaria nº 1.602, desempenha um papel essencial na promoção da equidade educacional, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social. Inspirada pela PNAES, a política busca garantir a permanência e o sucesso acadêmico, minimizando fatores que comprometem o desempenho escolar, como dificuldades econômicas, sociais e culturais. Essa abordagem reflete o compromisso em criar um ambiente educacional mais inclusivo, voltado para a redução das desigualdades e a promoção de oportunidades igualitárias (IFES, 2011).

A PNAES é estruturada em dois programas principais: os universais e os específicos. O primeiro abrange serviços biopsicossociais, como suporte psicológico, médico e social, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes. Já o segundo destina-se diretamente aos discentes em maior vulnerabilidade, oferecendo auxílios financeiros para transporte, alimentação, moradia e material didático. Essas ações combinadas proporcionam um suporte abrangente, que não apenas reduz a evasão escolar, mas também fomenta a construção de trajetórias acadêmicas mais estáveis e promissoras.

Com a ampliação do escopo da PNAES em 2024, novas ações foram integradas, incluindo suporte a estudantes de mestrado e doutorado e maior articulação com políticas sociais do governo federal. Apesar dos avanços legislativos, desafios orçamentários persistem, comprometendo a execução plena da PNAES. Bloqueios de recursos e contingenciamentos dificultam a oferta de auxílios essenciais, como transporte e alimentação, limitando o alcance e a eficácia da assistência estudantil.

Apesar dos avanços significativos promovidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sua implementação prática ainda enfrenta desafios orçamentários substanciais. O orçamento destinado à assistência estudantil muitas vezes não acompanha a magnitude do discurso de expansão e inclusão, sendo frequentemente impactado por bloqueios e contingenciamentos de recursos impostos

pelo governo federal. Esses cortes orçamentários, que têm se tornado recorrentes, afetam diretamente a capacidade de os Programas atenderem às necessidades básicas dos estudantes, especialmente nas áreas mais essenciais, como transporte, alimentação e moradia. Com isso, a eficácia das ações de suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade é severamente comprometida, prejudicando a manutenção da permanência desses alunos nas instituições de ensino (Brito, 2023).

Além disso, a escassez de recursos pode resultar em desigualdades no acesso aos benefícios da assistência estudantil, uma vez que nem todos os estudantes em situação de vulnerabilidade conseguem ser contemplados com as bolsas e auxílios disponíveis. Segundo Costa (2019), a limitação orçamentária reflete uma disparidade entre as demandas da comunidade estudantil e as condições financeiras para atendê-las de maneira eficaz. A insuficiência de recursos compromete o alcance da PNAES, o que torna difícil garantir que todos os alunos em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a um apoio contínuo e adequado. Nesse contexto, a falta de investimentos adequados em programas essenciais compromete não apenas a inclusão educacional, mas também a qualidade do ambiente acadêmico, visto que muitos estudantes se veem forçados a abandonar seus estudos por motivos financeiros.

Portanto, no Ensino Médio Integrado, o Programa de Assistência Estudantil se destaca como uma ferramenta de inclusão e com o intuito de promover a emancipação. Além de mitigar os efeitos das desigualdades econômicas, o Programa tenta promover a formação cidadã e o desenvolvimento integral dos estudantes, capacitando-os tanto para o mundo de trabalho quanto para o exercício pleno de sua cidadania. A relação entre a assistência estudantil e a emancipação do sujeito reside no suporte contínuo e abrangente, que permite aos estudantes superar barreiras socioeconômicas e acessar uma educação de qualidade, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Análise de resultados

A análise dos dados obtidos a partir do questionário on-line permitiu caracterizar o público atendido pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) em um campus específico, identificando aspectos relevantes relacionados ao perfil dos estudantes e sua percepção sobre o Programa.

No que se refere à identificação de gênero, observou-se que 61% dos participantes se identificam como sexo feminino, enquanto 39% se identificam como sexo masculino. Essa diferença pode refletir tanto uma predominância feminina no curso quanto tendências demográficas e de interesse nas áreas específicas ofertadas. Apesar da opção para manifestação de outras identidades de gênero, não houve relatos de identificação fora das categorias tradicionais, sugerindo uma possível necessidade de maior visibilidade e inclusão no ambiente educacional.

Em termos étnicos, a maior parte dos participantes se identificou como branca (56,8%), seguida por estudantes pardos (34,7%) e pretos (6,8%), com uma representatividade ainda menor de indígenas (0,8%). Esses dados refletem desigualdades estruturais que impactam a inclusão no ambiente escolar e levantam questionamentos sobre a eficácia das políticas afirmativas implementadas, como a Lei de Cotas[6]. Apesar de avanços, os números indicam que esforços adicionais são necessários para promover uma diversidade mais representativa e igualitária no campus.

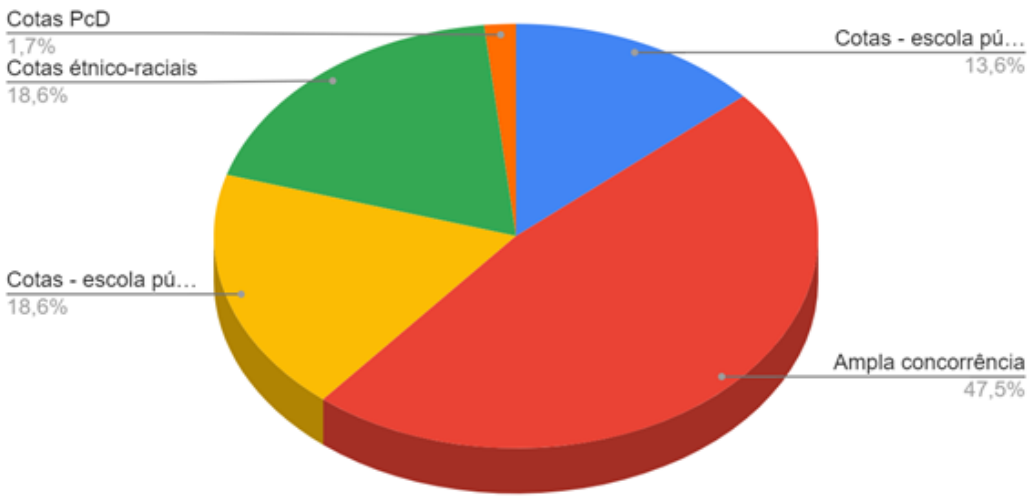
Quanto à distribuição por curso, o técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio concentrou 55,1% dos participantes, enquanto o curso de Eletromecânica representou 44,9%. No perfil de renda, mais de 80% dos respondentes estão classificados como de média e alta vulnerabilidade econômica, o que destaca a relevância do PAE para essa parcela significativa.

[6] Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Estabelece que para cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público.

Entretanto, mudanças previstas na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para 2024, que restringem benefícios financeiros para estudantes com renda per capita acima de 1 a 1,5 salário mínimo, podem impactar negativamente a abrangência do programa e a permanência desses estudantes.

No gráfico 01, podemos observar o impacto positivo das Políticas Afirmativas no ingresso de estudantes no IFES. Observa-se que 57,5% dos participantes ingressaram por meio de cotas, o que se aproxima do percentual preconizado pelas políticas.

Gráfico 01: Identificação dos participantes quanto a forma de ingresso no Ifes.



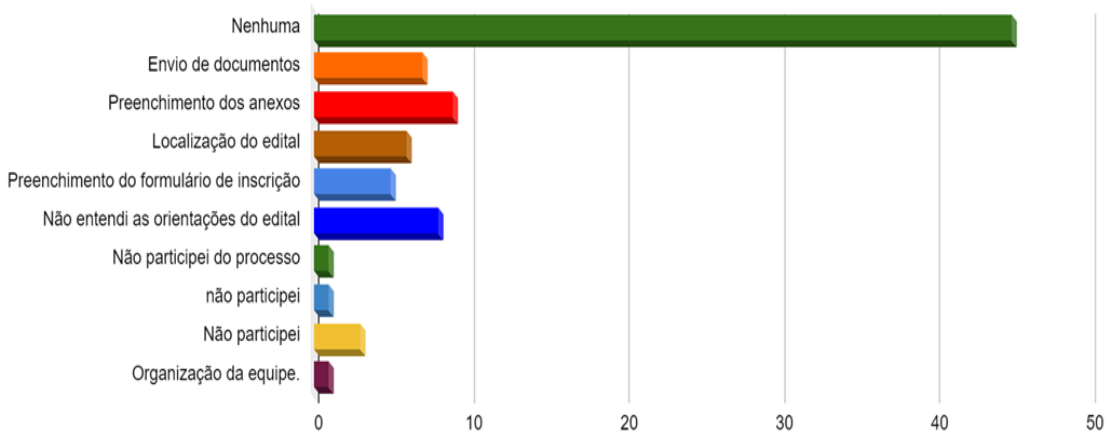
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A análise sobre o processo seletivo do PAE, gráfico 01, revelou que a maioria dos participantes não relatou dificuldades, mas entre aqueles que enfrentaram barreiras, os principais desafios envolveram a compreensão das orientações do edital, preenchimento de anexos e envio de documentos.

Esses obstáculos apontam para a necessidade de aprimoramento na comunicação, especialmente por meio de editais mais acessíveis e linguagem adaptada ao público adolescente.

Além disso, 92,4% dos estudantes afirmaram que só conheceram o PAE após ingressar no Instituto, indicando a importância de ampliar a divulgação para candidatos e estudantes em potencial antes do ingresso, a fim de aumentar a participação nos processos seletivos.

Gráfico 02: Dificuldades apontadas pelos participantes para ingresso no Programa de Assistência Estudantil.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Podemos inferir ainda, que as principais dificuldades encontradas pelos estudantes ao se inscreverem no PAE são: o preenchimento dos anexos, a dificuldade de compreensão das orientações do edital e o envio dos documentos. Evidencia-se ainda, a necessidade de simplificar a linguagem do Edital e torná-lo mais acessível ao público-alvo para minimizar obstáculos como a barreira comunicacional.

A percepção dos estudantes sobre o Programa revelou uma compreensão limitada e predominantemente associada ao auxílio financeiro para necessidades básicas, como transporte e alimentação. Essa visão reforça a importância de estratégias educativas para ampliar o entendimento sobre a abrangência da PNAES, incluindo ações interdisciplinares dentro e fora da sala de aula e materiais informativos, como vídeos explicativos. Observou-se também uma lacuna de conhecimento em conceitos fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica, como formação integral e emancipação dos sujeitos, demonstrando a necessidade de

iniciativas que promovam maior reflexão e discussão sobre esses temas no ambiente escolar.

Por fim, a avaliação dos critérios de participação e das formas de comunicação com a equipe do PAE revelou certo desconhecimento por parte dos estudantes, que, embora consigam citar critérios básicos como renda e frequência escolar, o fazem de forma superficial. As formas de atendimento, entretanto, foram amplamente elogiadas pelos participantes, indicando eficiência no suporte direto ao estudante.

No entanto, é evidente que o PAE precisa ir além da dimensão financeira, reforçando sua contribuição para a permanência e o êxito escolar por meio de ações educativas e informativas que ampliem a percepção dos estudantes sobre a política de assistência estudantil e seus múltiplos benefícios.

Produto Educacional (PE)

O Produto Educacional (PE) desenvolvido nesta pesquisa consiste em uma sala virtual criada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Ifes, destinada aos estudantes do Programa de Assistência Estudantil (PAE) que participaram do projeto em 2023.

O objetivo central do PE é fornecer informações detalhadas sobre o PAE, promover maior interação entre os estudantes e a equipe de assistência estudantil, além de melhorar o monitoramento e o acompanhamento dos participantes. Este recurso também visa contribuir para a formação humana integral e emancipação dos alunos do Ensino Médio Integrado, tornando o Programa mais acessível e compreensível.

O PE busca atender uma necessidade identificada durante a pesquisa: o desconhecimento por parte de muitos estudantes sobre os critérios, direitos e processos relacionados ao PAE. Ao organizar essas informações em um ambiente virtual interativo, o PE pretende facilitar o acesso às orientações, apoiar os estudantes em sua jornada educacional e ampliar sua participação no Programa. Com base em teorias pedagógicas como as de Vygotsky (2000), Libâneo (2007) e Freire (2000), o PE é

estruturado como uma mediação pedagógica, promovendo aprendizado reflexivo, significativo e alinhado à realidade dos alunos.

A aplicação do PE incluiu a apresentação e demonstração das funcionalidades da sala virtual, conduzidas pelo pesquisador, com atividades práticas integradas ao AVA. Durante sua implementação, os estudantes participantes puderam explorar os conteúdos e funcionalidades, desenvolvendo maior compreensão sobre o PAE e suas práticas. O PE foi projetado para valorizar o protagonismo estudantil e promover a autonomia dos alunos, alinhando-se à abordagem pedagógica crítica de Freire e ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)[7] de Vygotsky.

Para avaliar a eficácia do PE, foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa com os estudantes por meio de um questionário dentro da sala virtual. As perguntas objetivas avaliaram o grau de concordância dos participantes quanto à relevância e contribuição do recurso, enquanto a questão aberta possibilitou manifestações individuais sobre como o PE impactou suas interações com o Programa e as atividades desenvolvidas no ano letivo de 2023.

A avaliação positiva dos participantes reforçou a importância do recurso como ferramenta de apoio ao PAE, consolidando sua utilidade para o acompanhamento e engajamento dos estudantes.

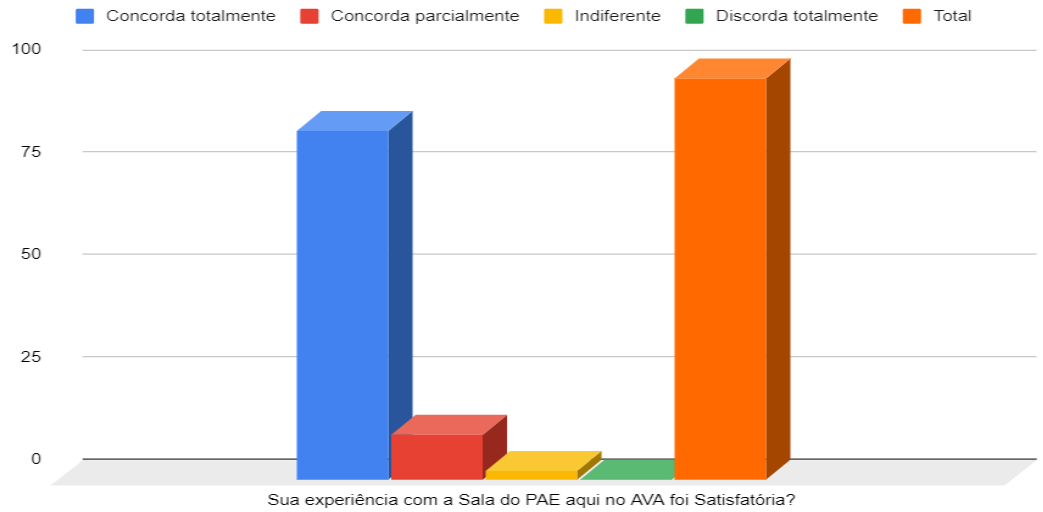
Assim, mais de 90 estudantes responderam ao questionário de avaliação do instrumento didático, que foi inserido na própria sala, e o retorno foi amplamente positivo. Os alunos destacaram a clareza nas instruções, a facilidade de uso das ferramentas e a eficácia das atividades propostas para auxiliar no aprendizado.

O sucesso da aplicação reforçou a adequação do Produto Educacional como uma ferramenta de apoio pedagógico, com resultados que evidenciaram maior

[7] Conceito central na Psicologia sociocultural ou sócio-histórica. A ZDP é descrita como a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver tarefas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por desempenhos possíveis, com ajuda de adultos ou de colegas mais avançados ou mais experientes.

engajamento e melhoria na participação dos discentes das atividades e cumprimentos dos prazos estabelecidos pela equipe de assistência estudantil.

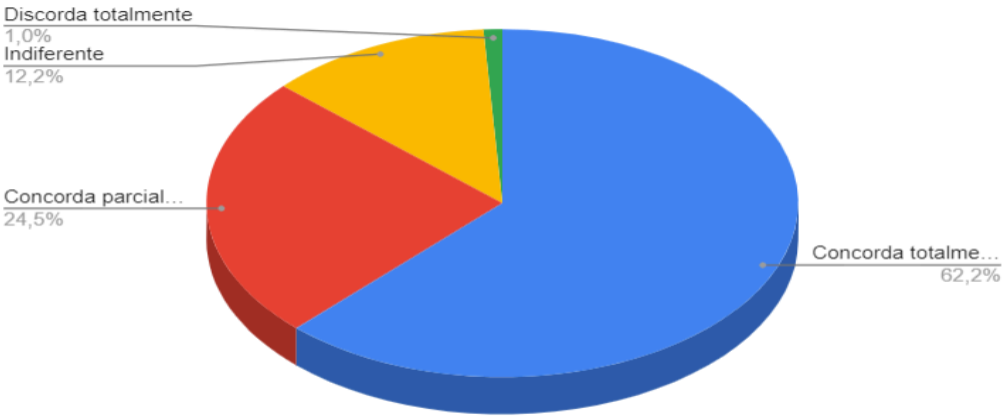
Gráfico 03: Sua experiência com a Sala do PAE foi satisfatória?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Outro ponto a se destacar, é como os estudantes avaliam os canais e a comunicação com a equipe de assistência estudantil do campus, entre os respondentes quase 85% concordam (totalmente e parcialmente) que o recurso contribuiu para melhorar a comunicação.

Gráfico 04: A Sala do PAE aqui no AVA facilitou sua comunicação com a equipe de Assistência Estudantil?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Na questão em que pedimos que descrevessem uma avaliação sobre o recurso didático foi possível inferir sete categorias organizando a descrição e frequência das menções relatadas no quadro 04, a seguir:

Quadro 01: Resposta descritiva da avaliação da Sala AVA *Moodle* do PAE

Categoria	Descrição	Frequência
Facilidade de uso e organização	Sala intuitiva e de fácil uso, com boa comunicação.	23
Confirmação e acompanhamento de auxílio	Apoio no processo de confirmação e monitoramento do recebimento de auxílios.	15
Centralização das informações	Informações concentradas em um só lugar, evitando dúvidas sobre onde encontrar dados.	7
Notificações e lembretes de prazos	Envio de alertas antes dos prazos de confirmação, ajudando a lembrar.	5
Plataforma para acompanhamento de valores	Falta de um local específico para verificação de valores e problemas relacionados aos auxílios.	3
Comunicação com o PAE e menos burocracia	Comunicação facilitada e processo menos burocrático para lidar com o PAE.	3
Melhorias na confirmação de recebimento	Sugestão de aprimoramento na confirmação para que mais simplificada, atualmente são vários passos.	3

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O segundo Produto Educacional desenvolvido foi uma série de vídeos instrucionais animados, criados para fornecer informações e orientações aos estudantes sobre o Programa de Assistência Estudantil (PAE). Os vídeos abordam temas como o conceito da Política de Assistência Estudantil, critérios de ingresso no Programa e principais auxílios e benefícios oferecidos. Foi elaborado com base nas lacunas informativas identificadas durante a aplicação dos questionários e entrevistas em grupos focais, visando tornar o conteúdo mais acessível e atrativo para os discentes do Ensino Médio Integrado.

Os vídeos são apresentados durante eventos de divulgação da pesquisa e continuam disponíveis na sala virtual do AVA *Moodle* dedicada ao PAE, bem como na página oficial da Assistência Estudantil no site e nas mídias sociais do campus. Essa estratégia amplia o alcance do material, permitindo que estudantes, futuros ingressantes e demais interessados tenham acesso contínuo às informações, promovendo maior compreensão e participação no programa. A adoção de uma abordagem multimídia destaca-se como uma solução eficaz para fortalecer o vínculo entre o PAE e seu público-alvo, atendendo às demandas de formação e inclusão identificadas na pesquisa.

Considerações finais e limitações da pesquisa

A pesquisa evidenciou os benefícios do Programa de Assistência Estudantil (PAE) na promoção da emancipação dos estudantes no Ensino Médio Integrado, destacando seu papel crucial na permanência, no êxito escolar e na formação humana integral dos discentes. Os Produtos Educacionais desenvolvidos ampliaram o conhecimento sobre o Programa e fortaleceram a interação com a equipe de Assistência Estudantil do campus.

Desde sua implementação em 2011 no Ifes, o PAE tem avançado na promoção do acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, adotando uma abordagem mais inclusiva e integral. O Programa vai além do repasse

de recursos financeiros, fornecendo apoio psicossocial, pedagógico e de saúde, o que contribui para a redução dos percentuais de evasão escolar.

Apesar dos avanços, foram identificados desafios, como a baixa familiaridade dos estudantes com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), incluindo a formação humana integral e a emancipação dos sujeitos. Além disso, muitos discentes possuem uma visão limitada sobre o PAE e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), restringindo sua compreensão ao auxílio financeiro para despesas básicas.

Outro problema destacado foi a sobrecarga enfrentada pelas equipes de Assistência Estudantil, agravada pelo aumento do número de beneficiários e pela ausência de sistemas eficientes para a gestão e análise de dados. A falta de infraestrutura adequada compromete tanto a eficiência administrativa quanto o desenvolvimento de ações educativas mais amplas.

Apontamos a necessidade de ações estratégicas voltadas à disseminação dos princípios da EPT, incluindo atividades formativas e debates que extrapolam o ambiente de sala de aula. Também sugere investigações adicionais sobre questões orçamentárias e metodologias de cálculo dos valores destinados ao programa, além de mecanismos para garantir a sustentabilidade e a ampliação das ações previstas na revisão da política de 2024.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da educação nacional. D.F. **Diário Oficial da União**. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispões sobre Programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm>. Acesso em: 17 dez. 2023

_____. **Lei nº 14.945, 31 de julho de 2024** .Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 20/11/2024.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). O ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

DA COSTA, Dirno Vilanova; IBIAPINO, Maria Meres Rodrigues. Dualidade educacional no Brasil: desigualdades e exclusão educacional. **Revista Sociedade Científica**, vol.7, n. 1, p.4240-4254, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 31ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 74. ed. Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro / São Paulo: 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do trabalho: Perspectivas de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. IFES. **Estatuto**. Vitória, 2009. Disponível em: < https://ifes.edu.br/internet_arquivos/Outros/Estatuto-14.04.2009.pdf> Acesso em: 05, jun. 2024.

_____. **Portaria nº 1.602 de 30 de dezembro de 2011.** Vitória, 2011. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/estude_aqui/legislacao/anexos_portaria_1602-2011.pdf> . Acesso em: 18/08/2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, p. 152-165, 2007.

SEN, Amartya. **Inequality Reexamined**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras. São Paulo: 2010.

VIGOTSKY, Lev Semenovich, 1869-1934. **A construção do pensamento e da linguagem.** / L. S. Vigotski ; tradução Paulo Bezerra. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento métodos.** 4ª Ed. Tradução Ana Thoell. São Paulo: Bookman, 2010.

Data do envio: 12/12/2024.

Data do aceite: 04/01/2026.